

Resenha

**CASTRO REDONDO, Rubén; LUNA, Pablo F. (ed.). *Resistencias campesinas en los espacios rurales de Europa y América durante la Edad Moderna*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Ensenada: IdIHCS; Santander: Universidad de Cantabria, 2024.**

## Raízes de Rebeldia: Ecos de Resistência e Poder nos Campos da Idade Moderna

## Roots of Rebellion: Echoes of Resistance and Power in the Rural Fields of the Modern Era

## Raíces de Rebeldía: Ecos de Resistencia y Poder en los Campos de la Era Moderna

Gilson Mateus P. Júnior

Mestrando pelo PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Norte   

Marcos Arthur V. da Fonseca

Pós-Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte   

A obra *Resistencias campesinas en los espacios rurales de Europa y América durante la Edad Moderna*, organizada por Rubén Castro Redondo, da Universidad de Santiago Compostela, e Pablo Luna, vinculado a Sorbonne Université, aborda de forma abrangente as diversas manifestações de resistência protagonizadas por comunidades rurais em contextos ibéricos e latino-americanos durante a Idade Moderna. A obra apresenta um panorama comparativo que explora como as práticas de resistência se estruturam de maneira heterogênea em diferentes contextos históricos e geográficos, investigando tanto suas motivações quanto as dinâmicas locais que afetaram as relações de poder.

O livro está organizado em seções que abordam casos específicos de resistência em regiões tanto da América Portuguesa, como da América

Hispânica, com contribuições de diversos pesquisadores especializados em história rural e social de suas respectivas localidades. A obra enfatiza eixos temáticos principais que orientam as análises dos autores. O primeiro deles trata das questões acerca da luta pela terra, trabalhando questões relacionadas ao controle fundiário, segurança no uso e na posse do solo, e as tentativas de apropriação de terras pelas elites ou pelos colonos espanhóis e portugueses. As resistências foram manifestadas por meio de disputas jurídicas, ocupações e práticas de sabotagem para garantir a manutenção dos territórios comunais. Outra vertente do livro opera conceitos que visam mobilizar as lutas contra a expropriação econômica, observando questões como a oposição ao pagamento de tributos, dízimos e cargas econômicas impostas por autoridades eclesiásticas e civis.

Ademais, destacam-se também as perspectivas que abordam as resistências ao trabalho forçado e à servidão onde se exploram como as comunidades camponesas enfrentaram as obrigações de trabalho servil e as condições opressivas impostas em fazendas coloniais e em áreas de mineração. Destacam-se exemplos de mobilizações contra o aumento da exploração e mudanças nos regimes de trabalho, além de perspectivas que tratam dos movimentos por liberdade de circulação e comércio. Além disso, o capítulo também investigou as resistências às regulamentações de circulação de bens e de pessoas, focando na luta contra barreiras legais que impediam o trânsito de mercadorias ou restringiam a mobilidade dos trabalhadores.

Por fim, os capítulos que compõem a parte final do livro concentram-se na análise da persistência de regimes tradicionais de exploração, abordando temas relacionados à defesa das práticas conservadoras de uso comum da terra e das formas de organização comunitária, em oposição às transformações impostas pelas elites e pela ação do Estado.

A introdução do volume é fundamentada em termos teóricos em um exame historiográfico robusto, que revisita as escolas clássicas refletindo sobre a evolução do conceito de “resistência”. Dentre elas a Escola dos Annales e a

historiografia marxista britânica. Os editores ressaltam como a noção de resistência foi ampliada por autores como James Scott, especialmente em sua obra *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, a qual influenciou a inclusão de formas de resistência mais sutis, como pequenas transgressões cotidianas e práticas individuais que desafiavam o poder estabelecido de maneira não-violenta.

Ressalta-se aqui que o caráter comparativo do livro é um dos seus pontos mais inovadores, ao conectar resistências camponesas em ambas as margens do Atlântico e demonstrar como a experiência colonial ibérica influenciou as práticas e as respostas dos camponeses em diferentes territórios. Os autores argumentam que a resistência deve ser compreendida dentro de um espectro que inclui desde ações mais declaradas, como revoltas, até formas menos perceptíveis, como a recusa passiva e as evasões de controle. A obra consegue explorar, de forma geral, as maneiras pelas quais as resistências rurais refletiam tanto as especificidades locais quanto às características gerais das sociedades do Antigo Regime.

De maneira mais pormenorizada, o conceito de resistência camponesa, tal como formulado por James C. Scott, um dos autores mais influentes nesse campo, é um elemento teórico transversal em todos os estudos presentes na obra. Scott (1985) define a resistência como qualquer ato que busque mitigar ou se opor às demandas impostas de maneira opressiva, incluindo ações como a evasão de impostos, sabotagem e revoltas. No entanto, o livro ultrapassa definições clássicas de Scott ao incorporar críticas e complementos que refletem a complexidade das estruturas sociais e políticas da Idade Moderna. A resistência é descrita não apenas como um enfrentamento direto, mas também como uma luta por espaços de autonomia e negociação diante de senhores de terra e agentes estatais, seja na colônia ou no reino.

Enfatiza-se também a importância do contexto colonial como gerador e modulador das resistências camponesas, sugerindo que as dinâmicas de resistência variam substancialmente quando ocorrem sob regimes coloniais em

comparação aos contextos metropolitanos europeus. A expansão colonial, com suas especificidades econômicas e sociais, trouxe novas formas de expropriação de terras, exploração de trabalho e repressão, o que gerou tipos de resistência adaptados a essas novas realidades. Os autores sugerem que a resistência deve ser vista como um fenômeno transatlântico, mas sempre contextualizado em suas peculiaridades locais.

Neste sentido, a resistência é abordada como um fenômeno multifacetado, englobando desde a sua forma passiva – por exemplo, a recusa em participar de rituais de deferência aos senhores – até movimentos de revolta explícitos e revoluções rurais. Essa diversidade de formas de resistir é ilustrada por uma gama de casos empíricos apresentados no livro. Em um dos capítulos, intitulado *Resistencias metrológicas del campesinado castellano en la Edad Moderna*, por exemplo, a análise de resistências metrológicas em Castela destaca como a objeção à imposição de novos padrões de medida era não apenas uma forma de protesto contra as mudanças econômicas, mas também uma luta pela preservação de práticas consuetudinárias.

Outro conceito central é o de economia moral, conforme articulado por Edward Thompson, em sua obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* de 1998, que sugere que as comunidades camponesas agem com base em um senso de justiça comunitária que molda suas ações de resistência. No contexto colonial, a economia moral se entrelaça com questões de sobrevivência já que, muitas vezes, as práticas de resistência visam garantir o acesso aos recursos básicos de subsistência. O uso desse conceito permite que os autores tracem um panorama mais rico das motivações por trás dos movimentos estudados, indo além de uma interpretação puramente materialista.

A partir disso, destaca-se, como contribuição elementar da obra, a tentativa de redefinir as fronteiras entre resistência e revolta. Em vez de tratar as revoltas rurais como eventos isolados, os autores colocam-nas dentro de um *continuum* de resistências que incluem desde as práticas diárias e não declaradas até formas abertas de insurreição. Isto é particularmente evidente nos capítulos

dedicados ao estudo de comunidades, como mostrado no estudo intitulado *Resistencias campesinas alargadas en el tiempo. La exención jurisdiccional del lugar de Villanueva de la ciudad de Andújar (siglos XVI-XVIII)*, mostrando que havia alternância entre estratégias de negociação e rebelião aberta dependendo das mudanças contextuais nas políticas de controle agrário e tributário.

Metodologicamente, os estudos centram-se na abordagem comparativa utilizada pelos organizadores permitindo uma visão mais completa das resistências camponesas, destacando tanto as similaridades quanto as diferenças entre os contextos europeus e americanos. A comparação mostra que na Europa as resistências defendiam direitos de uso comum e práticas comunitárias enquanto na América as lutas enfrentavam diretamente a expropriação e a exploração colonial.

Entretanto, um ponto crítico da obra está na falta de uma incorporação mais profunda da perspectiva de gênero nas análises. A participação das mulheres na resistência camponesa é frequentemente subestimada ou tratada como um fenômeno periférico. Embora a obra reconheça que as mulheres atuavam como mobilizadoras e desempenham papéis centrais na manutenção das economias familiares, não há uma articulação sistemática de como as resistências femininas desafiaram as normas patriarcais e contribuíram para a construção de redes de solidariedade no meio rural.

O papel das mulheres é mencionado em algumas passagens de forma adjacente, sem uma análise consistente de como suas ações moldaram formas de resistência camponesa. Muitas vezes, as contribuições das mulheres são abordadas como apoio ou como mobilizadoras de redes sociais, mas não como principais agentes de revoltas ou defensoras de direitos comunitários. Isto fica visível ao observar a discussão sobre “infrapolítica” e o uso da palavra pelas mulheres para articular resistência em contextos sociais adversos. Em um dos capítulos intitulado *Furias de consumidores y voces femeninas. Las resistencias anti-fiscales en tierras de Vasconia (1634-1804)*, analisa-se que “[...] la palabra fue uno de los principales instrumentos de acción política y social utilizados por las mujeres,

donde los rumores que circulan afectan principalmente la vida colectiva del barrio" (Morales; Ayllón, 2024, p. 363). Contudo, esta análise poderia aprofundar um maior desenvolvimento por meio da exploração das estratégias femininas como formas autônomas de resistência.

Além disso, a maneira como os conflitos sociais são narrados tendem a centralizar as ações masculinas, relegando às mulheres a posições de apoio. Mesmo quando há menção direta às suas ações, como no motim anti lorde de *Larraga* em 1593, em que uma mulher com "[...] grandes gritos y vocês" (Morales; Ayllón, 2024, p. 363) reuniu mais de duzentas pessoas para protestar contra as autoridades, a narrativa logo volta a focar nos protagonistas masculinos como impulsionadores das ações subsequentes.

Neste sentido, a ausência de uma análise de gênero mais sólida limita a compreensão da resistência rural, uma vez que as relações de poder e as formas de resistência foram profundamente marcadas pelas construções sociais de gênero da época. Autores como Mendieta (2015) e Aguirrezabala e Tejerina (2013) demonstram que a resistência feminina era muitas vezes expressa em práticas cotidianas de "súplica" e "pedido", que eram interpretadas como submissão, mas que, na realidade, constituíam táticas eficazes para negociar sobrevivência e direitos nas comunidades rurais dominadas pelos homens.

Esta crítica também se reflete na organização dos capítulos, onde episódios de resistência feminina são descritos de forma desarticulada e sem um eixo unificador que nos permita compreender a resistência liderada por mulheres como um fenômeno interligado e significativo para a história rural. A referência a acontecimentos como a "*machinada de 1718*" ou a "*ZamakBolada de 1804*", quando as mulheres começaram a insultar a autoridade e foram caracterizadas como participantes (ou líderes) do pior de todos os motins, reforça a estigmatização histórica da ação feminina, sem problematizar esta percepção.

Para uma compreensão mais completa da resistência rural no início do período moderno, seria necessário expandir a análise para incluir como a construção social do gênero influenciou as relações de poder e as estratégias de

resistência. Isto permite descobrir não somente formas de resistência feminina, mas também como essas formas interagem e, por vezes, transformam as práticas masculinas. A título de exemplo, a análise do trabalho das mulheres na Fazenda de Santa Cruz no Brasil, desenvolvida pela professora Manoela Pedroza, onde eram a principal referência organizacional da comunidade, trabalhando no campo, na capela e negociando direitos de forma decisiva, poderia servir de ponto de partida para uma discussão mais rica sobre a agência feminina no contexto colonial e das revoltas camponesas, em particular.

Ao concluir a análise da obra organizada por Rubén Castro Redondo e Pablo F. Luna, é fundamental situá-la no interior da vasta tradição historiográfica dos estudos de história agrária, tanto na Europa quanto nas Américas. A partir desse exercício, torna-se evidente que este livro se insere de forma robusta numa linhagem de produções que, desde meados do século XX, vêm se dedicando a compreender as múltiplas dimensões dos mundos rurais, suas estruturas sociais, seus conflitos, suas práticas econômicas e, sobretudo, suas formas de resistência diante das dinâmicas de exploração e dominação.

A história agrária, como campo consolidado, tem suas raízes na historiografia econômica e social inaugurada por correntes como a Escola dos Annales na França e, em outro eixo, pelo marxismo britânico. A primeira, desde Marc Bloch e Lucien Febvre, valorizou o estudo das mentalidades, das práticas econômicas de longa duração e das estruturas agrárias como elementos centrais para entender a história das sociedades. A própria noção de “civilização material” e de “economias-mundo” encontra nessa tradição uma de suas bases mais sólidas, sendo posteriormente aprofundada pelos trabalhos de Fernand Braudel, Pierre Vilar e Immanuel Wallerstein.

Por sua vez, o marxismo britânico, notadamente com figuras como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Rodney Hilton, desenvolveu abordagens que articulam as estruturas de dominação econômica às formas de luta social. Thompson (1971), particularmente, com sua proposição da “economia moral” das classes populares, inaugurou uma maneira inovadora de compreender as

resistências, não apenas como reações espontâneas ou irracionais, mas como práticas ancoradas em concepções coletivas de justiça, reciprocidade e direitos consuetudinários. Essa chave interpretativa, aliás, atravessa boa parte dos capítulos do livro em questão, que dialoga diretamente com a tradição da economia moral para entender o sentido das resistências camponesas nos contextos rural e colonial (Thompson, 1971).

Ademais, os estudos sobre resistência camponesa adquiriram, desde os anos 1970, uma nova inflexão teórica com os aportes de James C. Scott. Sua obra seminal *Weapons of the Weak* (1985) provocou uma virada metodológica e interpretativa ao iluminar formas de resistência cotidiana, muitas vezes invisíveis aos olhos das estruturas de poder e também da própria historiografia. Scott deslocou o foco das análises clássicas, centradas em revoltas e levantes abertos, para práticas como a dissimulação, o não cumprimento de obrigações, a sabotagem e outras ações de baixa intensidade que, acumuladas, funcionam como formas de contestação e defesa da autonomia camponesa. Essa perspectiva infrapolítica é claramente assumida pelos organizadores da coletânea, que a utilizam não apenas como referência teórica, mas como lente metodológica para decifrar os múltiplos repertórios de resistência registrados tanto nos campos europeus quanto nos territórios coloniais americanos.

O mérito da obra de Castro Redondo e Luna está precisamente em conseguir articular essa tradição historiográfica europeia – consolidada a partir dos Annales, do marxismo social britânico e da teoria da resistência cotidiana – aos desafios interpretativos próprios da história colonial ibero-americana. Isso se dá, sobretudo, quando o livro se dedica a explorar como os processos de colonização, com suas dinâmicas específicas de expropriação de terras, imposição de tributos, exploração de trabalho e reconfiguração de espaços agrários, produziram formas de resistência que, embora dialoguem com as experiências europeias, não podem ser compreendidas sem considerar as especificidades do mundo colonial.

Nessa chave, o livro se posiciona dentro de uma historiografia agrária latino-americana que, desde os anos 1980, vem sendo profundamente renovada. Obras como as de Pilar Gonzalbo Aizpuru, John Tutino, Carlos Sempat Assadourian e Armando Rivas refletem essa virada, enfatizando o papel das comunidades indígenas, afrodescendentes e mestiças na defesa de seus territórios, na construção de economias locais e na resistência às diversas formas de exploração colonial. O diálogo entre essa historiografia latino-americana e os aportes das tradições europeias de estudo do campesinato é uma das maiores virtudes metodológicas do livro, que contribui de maneira decisiva para consolidar uma abordagem verdadeiramente atlântica dos estudos agrários.

Outro ponto que evidencia o alinhamento da obra à tradição da história agrária diz respeito à ênfase nas práticas consuetudinárias e nos direitos costumeiros como fundamentos das lutas camponesas. Desde as clássicas análises sobre os “commons” na Inglaterra até os estudos sobre os *bienes de comunidad* no mundo hispânico e as terras de uso coletivo na América portuguesa, os direitos de uso e as práticas comunitárias sempre estiveram no centro das análises sobre os mundos rurais. O livro de Castro Redondo e Luna atualiza esse debate ao demonstrar como as resistências se estruturaram em defesa não apenas da posse material da terra, mas também dos sistemas simbólicos, jurídicos e culturais que legitimavam o usufruto comunitário desses espaços.

O trabalho também dialoga com uma vertente da história agrária que, desde os anos 1990, vem sendo enriquecida pelos aportes da história ambiental e da história global. A compreensão das paisagens agrárias como construções sociais, nas quais os grupos camponeses atuam simultaneamente como agentes econômicos e como agentes ambientais, é algo que perpassa vários capítulos da obra. Isso permite não só entender os conflitos pela terra e pelo trabalho, mas também perceber como esses embates estavam imbricados na gestão dos recursos naturais, nas formas de ocupação do território e na transformação das ecologias locais, seja na Andaluzia, seja nos Andes ou no sertão nordestino.

Além disso, a opção metodológica pelo comparatismo transatlântico insere a obra numa corrente historiográfica recente que busca superar os limites da história nacional ou regional, favorecendo abordagens conectadas e entrelaçadas. Essa estratégia permite não apenas cotejar as experiências rurais na Europa e na América, mas também compreender os efeitos globais dos processos coloniais e das políticas agrárias implementadas pelos impérios ibéricos. Nesse sentido, o livro também se articula com debates mais amplos sobre história global, história dos impérios e história da colonização.

No entanto, é preciso reconhecer que, embora avançada em muitos aspectos, a obra ainda reproduz certas limitações presentes na historiografia agrária tradicional, especialmente no que concerne à análise das relações de gênero no mundo rural. A crítica desenvolvida na resenha aponta com precisão como a ausência de uma problematização sistemática das resistências femininas empobrece a compreensão dos processos analisados. Isso, por sua vez, indica um caminho importante para os futuros desdobramentos desse campo de estudos, que precisa integrar de maneira mais contundente as abordagens de gênero, raça e interseccionalidade às análises sobre os conflitos agrários e as dinâmicas rurais.

## Referências

- AGUIRREZABALA, Lourdes; TEJERINA, Jorge. Género y Protesta Social en la Historia Contemporánea Europea. *Historia Social*, n. 77, p. 121-144, 2013.
- MENDIETA, Margarita. *Women, power and resistance in the rural andes: agency and selfhood in times of change*. London: Routledge, 2015.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- THOMPSON, E. P. The moral economy of the english crowd in the eighteenth century. *Past and Present*, n. 50, p. 76-136, 1971.